



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16508 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A gravidez precoce e a educação: contextos e vulnerabilidades

Vanessa Brito Bessa - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Diana Nara da Silva Oliveira - UFC - Universidade Federal do Ceará

## **A GRAVIDEZ PRECOCE E A EDUCAÇÃO: CONTEXTOS E VULNERABILIDADES**

---

### **1 INTRODUÇÃO**

O seguinte trabalho visa discutir as repercussões que uma gravidez precoce pode gerar na vida de uma adolescente em idade escolar pensando os impactos desse fenômeno em sua vida escolar. O seguinte resumo tem como base a pesquisa de mestrado em andamento. Pretende-se aqui apresentar alguns questionamentos e elementos relevantes acerca da temática da pesquisa.

A gravidez tem se tornado mais suscetível à escolha devido aos inúmeros meios contraceptivos que a ciência tem desenvolvido ao longo das épocas. Ainda sobre a gestação, as mulheres têm conquistado cada vez mais o direito de escolha sobre vivenciar ou não essa de acordo com suas aspirações pessoais. Apesar dessas conquistas advindas dos movimentos feministas e de mulheres, a escolha de passar por uma gestação ainda não é um direito igualitário para todas.

De acordo com dados quantitativos do GOV.BR (2023), pode-se verificar uma alarmante parcela de adolescentes que passam pela gravidez precoce em nosso país. Diante dessa constatação cabe o questionamento: Essas jovens escolheram engravidar nesse momento de suas vidas? Supõe-se que não, sobretudo quando se trata das jovens na faixa etária entre 10 e 14 anos, onde

perante nosso código penal (1940), a partir do Art. 217, uma “relação sexual” nessa faixa etária seria considerada estupro de vulnerável.

Tendo em vista que é na infância e adolescência que o indivíduo passa pelo seu desenvolvimento enquanto ser humano, sendo essa ocasião perpassada por processos de descobertas, crescimento físico e psicológico, certamente uma gravidez que ocorre durante esse momento impacta a vida da precoce gestante. A escola é um importante local no que diz respeito à formação do indivíduo e no processo de suas etapas de aprendizado (de conteúdos e de vida). Portanto, é importante buscar traçar como essas situações, da gravidez precoce e da escola, se entrelaçam.

Uma gravidez impacta na vida da gestante, independentemente da idade dela, pois a partir do momento da descoberta passa a haver a necessidade de se dedicar aquele feto que se tornará um sujeito. Apesar da genitora não ser a única responsável pelo óvulo ter sido fecundado, socialmente atribui-se a maior responsabilidade do futuro daquele ser humano a mulher que gera aquela vida.

Nesse sentido as mães adolescentes, sujeitas que também estão em fase de desenvolvimento, passam a ser responsáveis por outro ser também em evolução. Como a gravidez precoce impacta a vida escolar dessas jovens mães? Visamos trazer argumentações a partir de estudos bibliográficos, traçando pontos relevantes de serem discutidos no que se refere a conexão da gravidez precoce e a educação, trabalhando com noções de autores como Paulo Freire (1987), Bell Hooks (2013), Angela Davis (2016) e Michel Foucault (1976) para desenvolver a reflexão através de nossa problemática.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Gênero, raça e classe são elementos necessários para serem avaliados diante da situação que impacta a vida escolar das jovens grávidas. A educação dessas jovens não pode e não deve ser negligenciada, é necessário que estudos sejam feitos sobre as realidades que se passam na vida dessas adolescentes e na escola que lida com tais sujeitas para que se compreenda como essa situação ocorre e como podemos atuar de uma melhor maneira a fim de evitar que essa situação continue ocorrendo e melhorar a experiência de jovens que já a vivenciam.

É necessário combater os discursos de que a culpa da gravidez precoce está nas sujeitas e passar a construir um entendimento popular de que o Estado e a sociedade possuem o dever de lidar com esse problema. É tarefa do governo prestar assistência a essas jovens e buscar entender quais as realidades que

fazem com que essas meninas estejam suscetíveis a vivenciar essa situação.

Para Foucault (1976), a repressão sobre o sexo e o discurso que se faz sobre esse é uma forma de estabelecer os poderes sobre as subjetividades dos indivíduos, dessa forma, consideramos que ao colocar sobre os jovens a culpabilização por não ter se evitado uma gravidez, tira-se de vista a falta de recursos e estratégias por parte dos poderes para que essa situação não fosse possível. Coloca-se uma nuvem de fumaça sobre a responsabilidade a qual o Estado tem o dever de prevenir a gravidez e/ou de atuar sobre ela, fazendo jus aos direitos de educação igualitária para todos.

## 2.1 O “dever” de ser mãe

Ao avaliarmos dados que indicam a abundância de mães solas no país, é evidenciado que “o Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas.” (G1, 2023), junto dos dados que apontam para o abandono paterno, onde “No ano de 2021, segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 167.285 crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil” (TV UFMA, 2022), podemos compreender como o peso de criar e educar uma criança é imposto majoritariamente a mãe, do gênero feminino.

Há uma grande quantidade de crianças que não possuem o registro do nome paterno, no entanto, ainda podemos ressaltar aqui as experiências de crianças que apesar de terem o registro de seu pai em sua certidão, não contam com a presença desses em sua criação. Essas características esclarecem como o gênero masculino está socialmente isento de responsabilidade no que se refere a prestar cuidados com o filho o qual gerou.

De acordo com a lógica da performatividade do gênero (BUTTLER, 2003), historicamente as mulheres cisgêneros devem interpretar esse papel de serem cuidadoras, gentis, delicadas, entre outros dons que carregariam e que seriam naturais para que estas se tornem mãe algum dia, portanto, as tarefas voltadas ao lar e a família seriam impostas a feminilidade, ao contrário dos papéis impostos ao gênero masculino, o qual se sobressai na sociedade em relação aos privilégios e poderes que lhes são dados e que lhes são reconhecidos também como naturais.

Tendo a noção da performatividade do gênero e como essa influencia a vida dos sujeitos históricos em relação às diferenças de como são construídos socialmente e historicamente, podemos levantar essa percepção no que diz respeito a como as jovens que engravidam são sobrecarregadas por essas imposições acerca da feminilidade, onde as colocaria num papel de serem

obrigadas a levar a gestação adiante, por ser algo natural e inerente a mulher, bem como a responsabilização total perante a educação da nova vida, sendo necessário até mesmo se abster de sua própria educação formal.

É necessário levantar os fenômenos sociais que ocorrem para que se naturalize a gravidez precoce em adolescentes que estão em sua fase escolar e que evadem por essa situação. O peso que essas meninas carregam por possuírem o “dever” de performar a feminilidade as coloca no papel de mães e responsáveis muito cedo, enquanto que os pais, se esses são adolescentes, nem sempre possuem a responsabilidade de largar os estudos para se dedicar ao filho.

Quando se é pensado sobre a situação do pai, pressupõe-se que esse possui a mesma ou semelhante idade a da mãe, mas será que é mesmo? Se pararmos para refletir que um número considerável de jovens que engravidam possui entre 10 e 14 anos e, perante o código penal (1940) são consideradas vítimas de estupro, podemos também levantar a hipótese de que essas vivenciaram abusos sexuais de homens mais velhos, adolescentes, adultos ou idosos. Sendo assim, podemos nos perguntar: A quem é favorável que a gravidez precoce seja naturalizada e que sua culpabilização seja dada à futura mãe?

## **2.2 Contextos históricos e permanências**

Quando avaliadas as mães que estão mais propensas a vivenciar a maternidade de maneira solo, é evidenciado que “90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras” (G1, 2023). Sabe-se também, que pela condição histórica a qual a população negra foi imposta, tendo seus direitos como pessoa negligenciados ao longo das épocas, existe uma diferença histórica e social que os coloca num patamar de pobreza maior em relação aos brancos. “Em 2022, o rendimento-hora da população ocupada branca (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o da população preta ou parda (R\$12,4).” (BELANDI, 2023, p. 1).

Enquanto as mulheres brancas conquistaram o espaço do trabalho (em seu conceito moderno) ao longo da história da humanidade, as mulheres negras tinham sua força de trabalho explorada desde muito antes (DAVIS, 2016). Portanto, isso as leva a condições sociais históricas de, em sua maioria, ocuparem a classe social mais pobre já que

Uma das faces mais cruéis e visíveis da exclusão deu-se no mercado de trabalho. Alijada por conta do preconceito racial dos postos abertos na indústria, no comércio ou no serviço público, a população negra encontrou

poucas alternativas fora dos trabalhos intermitentes e pequenas atividades de baixa remuneração. Em vários pontos do país, a seletividade racial, mesmo nas ocupações mais subalternas, fez-se presente. (NEPOMUCENO, 2013, p. 187)

As condições nas quais meninas negras vivem são de falta de acesso a direitos humanos básicos, como educação, saúde, cultura, moradia, trabalho, entre outros. Devido as condições de vulnerabilidade a qual essa população esteve e está mais exposta, o abuso sexual também atinge diversas dessas mulheres, sendo uma carga histórica onde esse era cometido contra as mulheres negras como forma de domínio sobre sua pessoa. (DAVIS, 2016, p. 26).

A negritude teve sua humanidade negada e sua existência muitas vezes resumida a exploração, esse passado influencia em uma perpetuação de algumas condições. A situação de miserabilidade, de falta de acesso pode ser um fator que aumente as chances de se estar suscetível a vivenciar a gravidez precoce, já que em relação às meninas brancas, as jovens negras nem sempre possuem o mesmo cuidado e zelo de seus responsáveis e/ou da sociedade como um todo, que assumem que as pretas ocupam um lugar de serem mais fortes e aguentarem fardos maiores envolvendo trabalho, abusos e miséria.

Outro fator relevante de ser apontado é a hipersexualização do corpo negro em nosso país. É possível admitir isso quando se tem uma cultura onde pretas e pretos são exaltados em contextos de nudez ou seminudez, ao contrário de outras situações onde são negligenciados e excluídos. Aparecida Sueli Carneiro (2005) defende que há um apagamento da negritude nos espaços escolares, além de um silenciamento sobre essa situação, condicionando a um pensamento de que essa população não possui capacidade intelectual e de que a exclusão desses é fruto de seus próprios comportamentos indecentes.

Diante de tantos fatores, nos cabe questionar como a raça influencia e perpassa as experiências escolares que envolvem a evasão por conta de gravidez precoce. Seria a gravidez uma forma de excluir e culpar a negritude pela sua própria exclusão? Como as questões históricas e as permanências continuam influenciando as vivências em relação a gravidez e escola? A quem favorece a perpetuação desse status das jovens pretas?

### **2.3 A busca pela sobrevivência no contexto capitalista**

Vivenciar a situação de vulnerabilidade econômica é mais um fator de risco

diante da possibilidade de gravidez precoce, supõe-se que isso pode acontecer devido às poucas instruções que lhes são dadas referentes aos métodos contraceptivos, informações sobre a sexualidade, consentimento e planejamento familiar, além do pouco acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

As circunstâncias econômicas são entendidas aqui através da perspectiva da divisão de classes, onde “a estrutura produtiva da sociedade se constitui de uma classe dominante, proprietária dos meios de produção (indústrias, terras, comércio, capital etc.) e de outras classes sociais que dependem da venda da força de trabalho.” (BONETI, 2018, p. 39).

Compreendendo que as jovens e prematuras mães adolescentes compõem em sua maioria a classe mais pobre que vende sua força de trabalho, podemos também supor que essas estarão suscetíveis a entrar no mercado mais cedo devido a nova vida que está sendo gerada e a necessidade de arcar com todas as finanças necessárias para manter esse novo indivíduo.

Uma menina que engravida durante sua fase escolar tem grandes chances de recorrer ao abandono dessa área de sua vida, devido a todas as complexidades que acontecem nesse momento, desde a preocupação com os cuidados à criança, até questões materiais de sobrevivência. Isso impacta na evasão escolar, tornando mais difícil para que essa jovem retorne aos estudos futuramente, devido às necessidades de se manter no mercado de trabalho e não ter tempo ou motivação para seguir a educação formal.

Se uma adolescente grávida tem de recorrer ao trabalho para sua sobrevivência e de seu futuro filho, e para ter condições de se dedicar a isso larga a escola, as chances de ela ir para um trabalho mal remunerado ou informal são gigantescas devido a sua falta de escolarização, que hoje é critério para se conquistar a maioria dos cargos. O mercado se favorece dessa situação, pois com isso ele possui mais pessoas que estão dispostas a aceitar qualquer salário e qualquer condição trabalhista desde que possa ter uma mínima condição de sustento para si e sua família.

Uma adolescente de classe média que engravida possui diferentes expectativas e possibilidades quando comparada a uma adolescente pobre, pois essa que está em melhores condições econômicas pode ter o auxílio financeiro de sua família para que possa continuar os estudos, não tendo que recorrer ao abandono da escola. Uma família pobre nem sempre vai ter a possibilidade de ajudar a futura mãe.

Enquanto a escola for uma instituição que preza pela acumulação de conteúdos e pela preparação para o mercado de trabalho, questões relevantes de serem tratadas, como a da gravidez precoce, serão deixadas de lado. Para a

sociedade capitalista opressora de nada compensa que esse debate seja realizado, pois, para ela, é mais interessante que a juventude seja culpada pela sua própria situação, essa é uma maneira de manter os oprimidos em sua “situação limite” como denomina Paulo Freire (1987), onde estariam impotentes perante a realidade opressora, como se essa situação não fosse levada por uma série de condições que o próprio sistema viabiliza.

Nesse sentido, a escola deve ser entendida e formada como espaço de construção do conhecimento significativo na vida dos sujeitos que ali estão. Bell Hooks já mencionava “Querem um conhecimento significativo. Esperam, com toda razão, que eu e meus colegas não lhes ofereçamos informações sem tratar também da ligação entre o que eles estão aprendendo e sua experiência global de vida.” (HOOKS, 2013, p. 33).

As experiências cotidianas dos sujeitos precisam ser levadas em conta para construir uma educação que intervenha e melhore nas problemáticas de nossa sociedade. Se é possível identificar que a gravidez precoce é um problema existente na vida de uma parte da juventude, significa que esse deve ser tratado com a devida seriedade. A Pedagogia do Oprimido, “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos” (FREIRE, 1987, p. 20), é um caminho que se pode levar em conta todos os elementos de classe, raça e gênero que já foram citados.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas eleições de 2018 muito se foi falado sobre um suposto combate à educação sexual nas escolas. Alegava-se que essa visava corromper as crianças e adolescentes, lhes ensinando práticas sexuais. O discurso promovido pela direita conservadora visava criar um terror sobre a educação sexual, fazendo com que a população ficasse contra as escolas e profissionais que reivindicavam uma forma de ensinar maneiras de combater a pedofilia, ensinar sobre consentimento, sexualidade e diversidade, IST's e sobre a própria gravidez e métodos anticoncepcionais.

Além de que os discursos visam combater a esquerda e associarem práticas consideradas condenáveis a esta, acreditamos que há uma tentativa de manter temáticas que estão associadas à sexualidade como tabus dentro da sociedade. Assim, ao manter o discurso que reprime e que deixa esse papel de educar acerca dessa área sobre as famílias, acaba-se deixando o Estado isento de promover

políticas públicas que ajudem a combater a pedofilia e o abuso sexual, que auxiliam meninas grávidas e sua permanência na escola e que enfatiza o respeito a diversidade sexual.

Esse trabalho visou debater algumas das questões levantadas na pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado, portanto, não há conclusões sobre os questionamentos levantados. Considera-se relevante a discussão sobre os elementos abordados para que essa situação seja alertada e tratada com o rigor e seriedade que lhes são necessários. Devemos apontar a naturalização da gravidez precoce e a não efetivação de um combate mais rigoroso a essa gestação, acreditamos que o primeiro passo é expressar os diversos fatores acerca dessa temática.

## REFERÊNCIAS

A RACIONALIDADE moderna: a epistemologia clássica da sociologia. *In*: BONETI, Lindomar Wessler. **Sociologia da Educação no Brasil**: do debate clássico ao contemporâneo. Curitiba: PUCPRESS, 2018. cap. 1, p. 11-46.

BELANDI, Caio. Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4). *In*: **Agência IBGE** : Notícias. [S. l.], 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas: A grande maioria das mães solo são mulheres negras. Uma pesquisa da FGV identificou os principais desafios enfrentados por elas.. *In*: G1. Bom dia Brasil. [S. l.], 12 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2024.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do epistemicídio. *In*: CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, [S. l.], 2005.



DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EXECUTIVO. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 nº 2.828, de 7 de dezembro de 1940**. Código penal. [S. l.], 31 dez. 1940.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. [S. l.]: Editions Gallimard, 1976. v. 1.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

POR HORA, nascem 44 bebês de mães adolescentes no Brasil, segundo dados do SUS. *In: Gov.br*. [S. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: Por hora, nascem 44 bebês de mães adolescentes no Brasil, segundo dados do SUS. Acesso em: 4 jul. 2024.